

Sair para o mundo – As representações dos excluídos sobre trabalho, família e lazer*

Ana Cristina Arantes Nasser**

Resumo: Partindo do pressuposto teórico de que a relação dialética entre os três elementos que, segundo Henri Lefebvre, compõem a vida cotidiana da sociedade capitalista – trabalho, família e lazer – manifesta-se em sua negatividade, no universo dos excluídos sociais, só existindo, portanto, através das representações por eles construídas, o presente estudo teve como objetivo analisar essas representações pela mediação da categoria trabalho, no sentido de compreender sua dupla determinação, tanto no processo de ruptura do cotidiano, quanto na possibilidade de seu restabelecimento, para um grupo de homens momentaneamente fixados em um albergue noturno da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: trabalho, relações, representações, exclusão, cotidiano.

Abstract: Taking the theoretical presupposition that the dialectic relationship between the three elements which, according to Henri Lefebvre, constitute the quotidian life in the capitalist society - work, family and leisure - is a relationship which reveals itself at its negativity, at the world of the social excludeds, and, therefore, only exists through the representations they have built, the aim of the present study is the analysis of these representations through the category work, in order to understand its double role, being at the rupture process of the quotidian, as well as, at the possibility of its re-establishing for one group of men momentarily living in a night's shelter at the city of São Paulo.

Descriptors: work, relationships, representations, exclusion, quotidian.

* O texto deste artigo baseou-se em tese de doutoramento, defendida no Departamento de Sociologia da FFLCH/USP, em 1996.

** CEM-LABUR/USP
Entre-linhas-Estudos em História Oral

O projeto inicial deste estudo nasceu da inquietação em torno do tema da construção da representação do trabalho no universo masculino, buscando, porém, analisar a questão em sua *negatividade*, no sentido de apreender como homens excluídos do mercado formal de trabalho representavam a categoria *trabalho*, logrando manter/ou não, através desta representação, sua identidade original de trabalhadores.

Contudo, como a exclusão social não pode ser analisada apenas no âmbito do trabalho, sem considerar seus desdobramentos a partir da relação entre o trabalho e os outros níveis da prática social, a questão original foi ampliada, no sentido de buscar compreender o que ocorre ao *cotidiano* dos indivíduos que, mesmo enfrentando privações nos planos material, social, político, ético, estético, não conseguem superá-las, por também estarem privados da satisfação da primeira das necessidades humanas, o *trabalho*.

Não se tratava, portanto, de estudar as representações construídas por indivíduos temporária e recentemente desempregados, mas sim por indivíduos *proscritos*, que não mais existem como trabalhadores *prescritos* segundo as leis do mercado formal de trabalho, e que tão-somente *sobrevivem*, satisfazendo de modo precário suas necessidades de existência, por meio do *assistencialismo*.

Importava, portanto, buscar compreender o universo de representações construídas por indivíduos que vivenciam um processo de exclusão que não é passageiro, mas, ao contrário, amplia-se e se reproduz, renovando-se e perpetuando-se, simultaneamente, no âmbito dos diferentes níveis da prática social.

Neste sentido, o estudo considerou não só pessoas potencialmente excluídas do mercado formal de trabalho urbano – devido à baixa ou inexistente qualificação profissional, ao analfabetismo ou incipiente grau de escolaridade, ou ainda, às condições de vida e de saúde comprometedoras da reprodução de sua força de trabalho –, como também indivíduos que, embora qualificados, foram perdendo seus antigos postos de trabalho, não mais conseguindo reinsere-se no mercado formal.

O processo de exclusão desses homens, do e pelo mercado de trabalho, repercute, sob a forma de sucessivas perdas, na totalidade de suas vidas, enquanto indivíduos sociais. Por não se relacionarem *mais/ou ainda* com o trabalho, como trabalhadores formais, também não se relacionam com o dinheiro, enquanto remuneração pela venda contratual de sua força de trabalho, mas tão-somente com o dinheiro sob a forma de “trocados” provenientes dos “bicos” executados ou, mais comumente, sob a forma de esmolas recebidas. Além do mais, muitos desses indivíduos, que já não são identificados como trabalhadores, também não têm uma existência legal, pois “perderam” (por extravio real, roubo, ou ocultamento voluntário) os documentos que os identificam como cidadãos perante o Estado e suas instituições.

A representação socialmente construída da não-identidade desses indivíduos é reforçada pela ausência de outros referenciais importantes, já que eles perderam seu lar (entendido simultaneamente como espaço físico e espaço de relações pessoais e sociais) e, conseqüentemente, romperam os vínculos que mantinham com a família, os vizinhos e amigos de outrora, com o bairro, a cidade ou o Estado de origem, e também com os espaços institucionais e de lazer antes ocupados. Migrantes ou não, eles já não mantêm os mesmos referenciais de uso da cidade de São Paulo e, geralmente, também substituíram os quadros simbólicos que anteriormente norteavam seus princípios morais e religiosos, por uma “religião” que utilitariamente combina diferentes credos e superstições, na tentativa de adequar-se ao modo de vida da exclusão.

Reconhecendo, portanto, a relação entre a exclusão do e pelo mundo do trabalho e a exclusão dos demais domínios da prática social, partiu-se do pressuposto teórico de que a relação dialética entre os três elementos (trabalho, família e lazer) que, na concepção lefebvriana, compõem a *vida cotidiana* na sociedade capitalista, é uma relação que se manifesta em sua *negatividade*, no universo dos excluídos sociais e, portanto, só existe através das *representações* por eles construídas.

Para Henri Lefebvre, pensador francês preocupado em revelar a importância do estudo do *cotidiano* pela construção de sua análise crítica, as *representações* constituem o *percebido* que interpreta

o *vivido* e a prática, pois “não se pode compreender e viver uma situação, sem representá-la”, assim como não se pode tentar transformar essa mesma situação, sem uma crítica das representações que dela se faz. As representações, sob a forma de signos e símbolos, tomam o lugar das coisas, como um substituto da *presença* na *ausência*, sendo possível designar, através da linguagem, o objeto ausente, representando-o.

Portanto, é no âmbito dessa análise teórica que se torna possível apreender o sentido do trabalho no universo de indivíduos cuja força de trabalho não mais/ou ainda não se realiza no mercado formal de trabalho; indivíduos que já não mantêm vínculos com a família, mesmo que possam ter breves e esporádicos contatos com alguns de seus membros; e que não mais exercem atividades de lazer (entendido dialeticamente como oposição e complementação ao trabalho). É, portanto, através das representações que esses homens podem reconstruir a memória dos tempos de sua vida pregressa de trabalhador (urbano ou não), chefe ou arrimo de família, que se divertia nos momentos livres de trabalho, podendo, com isso, confrontar seu passado de carências e também de possibilidades não realizadas, com seu presente de total exclusão, permitindo-se sonhar um futuro que não se constitua apenas como presença enquanto ausência.

Tomando, então, como universo empírico de análise, a partir da referida perspectiva teórica, homens – solteiros, descasados ou viúvos – que, devido à interrupção ou ao rompimento, geralmente simultâneos, de suas relações familiares e de trabalho, “saíram para o mundo” e, hoje, vivem sós na cidade de São Paulo, sem lar e sem emprego, caracterizando suas trajetórias de vida e de trabalho pelo nomadismo e pela transitoriedade, realizei a pesquisa empírica em um local que, como o viver desses indivíduos, também é marcado pela transitoriedade em busca de relações de permanência; isto é, o Albergue Noturno Lygia Jardim, onde eles se abrigam temporariamente, visando (re)inserir-se no mercado de trabalho e (re)estabelecer seus vínculos familiares, bem como libertar-se definitivamente do alcoolismo.

Entrevistei vinte e oito albergados, além de dois ex-albergados que se tornaram funcionários da instituição, exercendo, respectivamente, as funções de zelador e cozinheiro. Ao ter atingido metodologicamente o chamado “ponto de saturação”, no que se refere ao sujeito social a ser pesquisado, entrevistei ainda a diretora e a assistente social do albergue, bem como dois de seus mais antigos plantonistas voluntários.

Apenas como recurso formal de análise, dividi os albergados em quatro “grupos”:

- a) um “grupo” com idade variando entre 20 e 56 anos de idade, composto exclusivamente de migrantes – quatro antigos e seis recentes –, que vieram para a metrópole paulista, buscando tornar-se donos da remuneração pela venda de sua força de trabalho. Simultaneamente à (tentativa de) inserção em relações capitalistas de trabalho, este “grupo” também experimentou a ruptura de seus vínculos familiares, ao chegar à cidade grande;
- b) um “grupo” constituído exclusivamente por homens solteiros, três migrantes e três nascidos na capital, com idade entre 23 e 47 anos, cuja tentativa de ingresso no mercado formal de trabalho foi determinada pelo rompimento das relações familiares, após a morte da mãe, ocorrida durante sua adolescência;
- c) um “grupo” formado por sete homens casados, que abandonaram o lar após o rompimento não oficializado de seus casamentos, migrando para outras cidades ou estados, sempre à procura de trabalho. A história familiar desses indivíduos, com idade variando entre 28 e 74 anos, afetou e foi afetada por sua história de trabalho: o abandono da família foi justificado pela procura ou obtenção de um novo posto de trabalho, que, igualmente, também foi abandonado em nome do reencontro com a família, até que acabaram por romper definitivamente seu casamento, e, na maioria das vezes, também o contato com os filhos;

- d) um “grupo” de indivíduos egressos das classes médias, com formação universitária ou técnica (completas ou não), composto por quatro migrantes e um imigrante, há muito tempo residentes na capital. Com idade entre 45 e 64 anos, esses homens gozaram de um certo prestígio social e de uma situação de vida confortável, até o final dos anos 80, quando, simultaneamente, perderam o contato familiar e a possibilidade de exercer sua atividade profissional.

Os albergados pesquisados migraram para a cidade de São Paulo, ou nela (nascidos, ou já fixados) deslocaram-se internamente, e foram ocupando seus espaços, conforme as ofertas de trabalho. Assim, quando arranjavam emprego, instalavam-se nas proximidades do local de trabalho, em vagas ou quartos de pensões e de hotéis baratos, ou, eventualmente, em dormitórios da própria firma empregadora. Por isso, ao perder o emprego, também foram perdendo a possibilidade de conservar a mesma moradia, até que, sem recursos, foram sendo obrigados a procurar não só os albergues particulares e os geridos pelo Estado, bem como as ruas da cidade, para constituir sua nova vida. Cabe, entretanto, ressaltar que esses entrevistados integram uma população circunstancialmente de rua e preferencialmente de albergues, uma vez que estes se lhes apresentam como uma via institucional para sua reintegração à sociedade, através da possibilidade de (re)inserção no mercado de trabalho.

O estudo do universo social desses “grupos” de excluídos versou fundamentalmente sobre a temática do “sair para o mundo” – uma expressão cunhada por eles próprios, para definir os diferentes momentos de ruptura que marcaram suas vidas. “Sair para o mundo” significa romper os antigos vínculos sociais e partir em busca de novas relações pessoais e de trabalho – o que compreende, portanto, não só o ato da migração geográfica, mas ainda o momento do abandono do emprego e/ou da atividade profissional, e também do abandono da casa paterna e/ou do papel de chefe de família.

Mas, qual era o “mundo” que os albergados buscavam, qual foi o mundo que encontraram e qual é o mundo que ainda esperam encontrar?

Ao sair para o mundo, esses homens renunciaram ao espaço da casa-lar, atraídos pela aventura de viver onde bem quisessem, resistindo a submeter-se ao tempo obrigado das relações de trabalho, ao tempo livre devidamente estabelecido e controlado pelo primeiro, e, ainda, ao tempo dos compromissos e das responsabilidades familiares, em nome de um tempo isento de obrigações e que apenas atendesse ao seu livre arbítrio.

Hoje, porém, eles constroem uma crítica espontânea a esse livre arbítrio, identificando em sua “*falta de cabeça*” a explicação para terem deixado passar o tempo do estudo, o tempo das relações de trabalho contratualmente estabelecidas, e também o tempo da boa convivência familiar; bem como explicam, por outro lado, que a causa dessa “falta de cabeça” e, conseqüentemente, do tempo desperdiçado – que quanto mais sobra, mais lhes aparece como falta – reside no alcoolismo e, para muitos, também no vício das drogas.

Dramaticamente, a história de alcoolismo preencheu metade, ou mais, dos anos de existência desses homens, e ocupou tantos espaços de suas memórias, que minimizou, ou até mesmo anulou, os tempos despendidos em outros domínios de sua vida cotidiana, como se realmente não lhes houvesse sobrado “*tempo pra nada*”.

Desta forma, o “*sair para o mundo*”, ou a passagem da casa para a rua, do conhecido para o desconhecido – uma transição que deveria ter sido tão-somente um momento datado de ruptura de relações – acabou por se perpetuar como uma situação de *permanente transitoriedade*, caracterizada pelos curtos e difusos períodos vividos em sempre distintos locais de trabalho e de moradia, fazendo de suas vidas um permanente recomeçar do mesmo ponto de partida, qual seja, a necessidade de obter “*um trabalho fichado em carteira*”, que possa novamente lhes possibilitar ter um “*canto para morar*”.

Desde o momento em que “*sairam para o mundo*”, os albergados experimentam uma *situação-limite* que permeia os vários níveis de sua prática social. Eles vivem uma situação-limite entre o trabalhador que foram e o mendigo no qual temem se tornar. Por isso, resistem a se integrar à população

de rua, procurando viver preferencialmente em albergues – entendidos como espaços-limite entre a casa e a rua, entre o público e o privado –, onde ainda lhes seria possível reproduzir certas características básicas da antiga rotina doméstica, sobretudo pela possibilidade de manter o asseio do corpo e das roupas, ter um lugar para dormir e dispor de um tempo para procurar trabalho.

Viver uma situação-limite, que continuamente reproduz as antigas relações, também significa vivenciar simulacros de relações, no âmbito do trabalho, da família e do lazer. Assim, se quando saíram para o mundo, trabalhar era representado como sinônimo de exercer um trabalho assalariado e garantido por leis, hoje, porém, trabalhar significa “estar em atividade”, experimentando relações informais ou ilegais de trabalho.

Neste sentido, se outrora qualificavam-se (substantivamente) como “trabalhadores”, hoje, representam-se (adjetivamente) como “homens trabalhadores”, isto é, homens que gostam de trabalhar e que, por isto, contrapõem-se aos mendigos, na medida em que ainda buscam se relacionar com o mundo através do trabalho. Assim, mesmo que, no presente, o trabalho seja concretamente vivido como sinônimo de “estar em atividade” (ainda que informal ou ilegal), permanece a representação de valorização do trabalho assalariado contratualmente estabelecido, pois é somente através da inserção no mercado formal de trabalho, que os excluídos consideram possível restabelecer seus vínculos sociais e (re)construir sua vida cotidiana.

Por isso, mesmo que o mendigo seja o seu guia para o uso da cidade – fornecendo-lhes orientação para a busca de abrigo e alimentação –, o mendigo também é o espectro que os atormenta e ao qual eles precisam continuamente se contrapor, na tentativa de preservar sua identidade de *trabalhadores*, que eles foram no passado mais remoto, ou não.

Os albergados “*saíram para o mundo*” buscando obter, como costumam dizer, uma “*melhoria de vida*” que não é representada como o acesso a um mundo radicalmente novo, mas apenas qualitativamente diferente daquele que quiseram abandonar. O mundo sonhado significa a realização de um cotidiano em que o trabalho não mais se constitua como uma extensão da unidade familiar; em que cada um possa ter seu próprio canto para viver; e em que o tempo da festa não seja controlado e vigiado pela família. Por isso, buscavam e ainda buscam um mundo que continue sendo regido pela mesma relação triádica, havendo, porém, pleno equilíbrio entre os tempos e espaços de realização e existência de cada um dos elementos dessa relação.

O mundo sonhado se constrói, portanto, como uma *crítica espontânea* ao mundo do qual saíram – uma crítica que nasce no momento da exclusão, quando vivem a ausência de relações com o trabalho, a família e o lazer, mas são, entretanto, capazes de elaborar as representações sobre o cotidiano que abandonaram, e que, na maioria dos casos, ainda não se encontrava plenamente constituído em sua positividade.

Portanto, é a partir da crítica espontânea, construída no âmbito das representações, que esses excluídos pretendem alcançar a realização de um cotidiano constituído através da plena ocupação dos espaços de suas vidas pelos tempos do trabalho, da família e do lazer. Por isso, nenhum deles pretende voltar ao convívio familiar no mesmo lar já abandonado, nenhum deles quer reviver as experiências de relações informais de trabalho, e todos eles desejam ter acesso a um tempo livre (não-ocioso) dedicado ao lazer.

Mas, se hoje eles esperam atingir simultaneamente o equilíbrio e a separação entre esses três tempos da vida cotidiana, através da mediação do trabalho, no passado, porém, mesmo que a inserção em relações capitalistas de trabalho tenha sido representada como o *projeto* para alcançar a sonhada “*melhoria de vida*”, a *estratégia* utilizada para romper momentaneamente o predomínio opressor dos tempos do trabalho e da família consistiu em ampliar desproporcionalmente o tempo da festa.

Foi assim que o antigo lazer de beber fora de casa, nos bares, em companhia de amigos e parentes, cedeu lugar ao *vício* solitário e foi ocupando cada vez mais espaço nos outros tempos da vida desses homens.

À deterioração do lazer em vício – geralmente já presente na vida dos entrevistados antes mesmo de terem migrado da casa para o mundo – somaram-se as condições de vida atualmente determinadas pela ausência de trabalho. Neste novo mundo de privações, a liberdade de usufruir de um tempo dedicado ao lazer, ainda que sob a forma de vício, dissimulava, então, a exclusão real vivida nos tempos do trabalho e da família.

Se antes, a maioria deles não vivia o cotidiano em sua constituição plena, mas tão-somente o seu limiar, hoje, ainda mais dramaticamente, eles vivem a relação com o trabalho, a família e o lazer apenas sob a forma de representações, isto é, como substitutos da presença na ausência.

Por isso, quando esses homens dos albergues da noite “encontram *tempo*” para refletir sobre suas vidas, representam o trabalho como a única saída possível para a sua exclusão do cotidiano capitalista.

O grande desejo desses excluídos é (re)estabelecer sua relação com o trabalho para, através dela, realizar sua relação com a família e o lazer. Ao serem privados do trabalho, eles foram privados do cotidiano, ou seja, do próprio mundo em busca do qual saíram.

Hoje, eles não vivem a vida cotidiana, mas apenas sobrevivem *embaixo e abaixo* dela (isto é, subterrânea e inferiormente a ela), numa zona escura que lhe é marginal, ainda que seja por ela produzida. Por isso, eles se submetem à intermitência dos trabalhos informais e ilegais que, por sua vez, determinam seu constante nomadismo para fugir da fome e do desespero. Por isso também, eles se escondem à noite, nos albergues, e neles tentam suprir a carência de um lar, assim como se ocultam, durante o dia, nos cinemas, nas igrejas, nos trens e ônibus, ou então, dissimulam-se no meio de outras pessoas, nas praças e parques públicos, à procura de passatempo e diversão.

Os albergados entrevistados não têm cotidiano (na especificidade desta acepção na sociedade capitalista) e apenas constituem sua sobrevivência *diária*, nas *sombras* e nas *sobras* do cotidiano. Por isso, refletir sobre o cotidiano dos excluídos significa apreender suas estratégias e formas de sobrevivência *ciclicamente* construídas no dia-a-dia, enquanto o cotidiano dos incluídos, ao contrário, define-se pelo tempo *linear* de trabalho estabelecido pelas relações capitalistas de trabalho.

Os excluídos têm um sobreviver diário, mas não um viver cotidiano, ainda que se relacionem com esse cotidiano por meio da reprodução de suas representações. Isso significa dizer que, mesmo privados do cotidiano, os albergados não estão privados das representações que lhes permitem sobreviver no e ao mundo de exclusão onde agora vivem.

Enquanto puderem reproduzir a única coisa na vida da qual não estão excluídos, isto é, suas representações, eles continuarão podendo se diferenciar dos mendigos, e continuarão buscando se realizar, pela primeira vez, ou novamente, como trabalhadores formais.

Enquanto puderem reproduzir essas representações, haverá esperanças para que eles saiam das sombras e conquistem o cotidiano, isto é, o mundo com o qual tanto sonharam e ainda sonham.

Referências Bibliográficas

- Bosi, E. (1987). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, série 1ª - *Estudos Brasileiros*, vol. 1, EDUSP, São Paulo.
- DaMatta, R. (1985). *A casa & a rua*, Ed. Brasiliense, São Paulo.
- Goffman, E. (1974). *Manicômios, prisões e conventos*, Editora Perspectiva, São Paulo.
- Lefebvre, H. (1977 e 1981). *Critique de la vie quotidienne I e III*, L'Arche Éditeur, Paris.
- _____. (1980). *La présence et l'absence – Contribution à la théorie des représentations*, Castermann Belgique.